

# O DISCURSO NOS LIMITES DA OBEDIÊNCIA: ENUNCIADOS QUE AFAGAM OU ABAFAM CONFLITOS ENTRE MANDETTA E BOLSONARO NA CRISE DO CORONAVÍRUS

Duílio Fabbri Jr.<sup>1</sup>  
Fabiano Ormaneze<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este trabalho analisa declarações do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, durante o período da pandemia causada pelo novo coronavírus, em março de 2020. Por meio do corpo teórico-metodológico da Análise de Discurso Francesa, são comparados os sentidos produzidos por meio de falas em duas entrevistas coletivas, antes e depois de pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro, minimizando os efeitos da doença e reagindo negativamente às medidas de contenção adotadas por estados brasileiros, a partir das orientações do Ministério da Saúde, referendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e seguindo medidas implantadas por outros países. As diferenças de posicionamento levaram à demissão do ministro. Refletimos, assim, sobre os sentidos de democracia, autoritarismo, confiança e obediência no jogo das relações de poder. A análise discursiva das falas do ministro da saúde traz a presença (in)visível da postura do governo no que tange à pandemia, sustentando elementos de autoritarismo, ajudando a provocar desinformação entre os brasileiros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso. Autoritarismo. Governo. Obediência. Pandemia.

<sup>1</sup> Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), São Carlos – SP – Brasil. Doutor em Linguística. Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal), Americana – SP – Brasil. Professor e coordenador de cursos. Centro Universitário Anchieta (UniAnchieta), Jundiá – SP – Brasil. Professor. Professor-convidado da Extcamp-Unicamp. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-9408-7754>. [juniorduilio@uol.com.br](mailto:juniorduilio@uol.com.br).

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas – SP – Brasil. Doutor em Linguística. Centro Universitário Metrocamp, Campinas – SP – Brasil. Centro Universitário Anchieta (UniAnchieta), Jundiá – SP – Brasil. Professor. Professor-convidado da Extcamp-Unicamp. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0739-7584>. [ormaneze@yahoo.com.br](mailto:ormaneze@yahoo.com.br).

**SPEECH ON THE LIMITS OF OBEDIENCE: ENUNCIATES THAT EMPHASIZE OR DISGUISE CONFLICTS BETWEEN MANDETTA AND BOLSONARO DURING THE CRISIS OF THE CORONAVIRUS IN BRAZIL**

**ABSTRACT:** *This paper analyzes declarations by the Brazilian Minister of Health, Luiz Henrique Mandetta, during the pandemic period, caused by the new coronavirus, in March 2020. Through the theoretical-methodological reference of the French Discourse Analysis, the meanings produced through speeches are compared in two press conferences, before and after President Jair Bolsonaro's speech, minimizing the effects of the disease and reacting negatively to the containment measures adopted by Brazilian states, based on the guidelines of the Ministry of Health, endorsed by the World Health Organization (WHO) and following measures implemented by other countries. The different political and scientific points of view ended up with the minister being fired by the President. Thus, we reflect on the meanings of democracy, authoritarianism, trust and obedience in the clashes of power relations. The discursive analysis of the speeches of the Minister of Health brings the (un)visible presence on the government's stance regarding the pandemic, supporting elements of authoritarianism, causing disinformation among Brazilians.*

**KEYWORDS:** *Discours. Authoritarianism. Government. Obedience. Pandemic.*

## Introdução

O Brasil termina a segunda década do século XX e entra na terceira envolvido em grandes conturbações: um país dividido politicamente (herança de uma eleição vencida pelo candidato representante da direita conservadora, Jair Bolsonaro) e uma das maiores desigualdades econômicas do planeta, ainda que seja a oitava economia mundial. Além disso, já no primeiro trimestre de 2020, enfrentou a pandemia do novo coronavírus, causador da Covid-19, que chegou como uma ameaça capaz de matar cerca de 500 mil brasileiros. O avanço da doença instaurou clima de incertezas também econômicas, em função da necessidade de adoção de medidas para contenção das infecções, como a quarentena e o fechamento do comércio. Diante desses elementos conjunturais, este trabalho tem como objetivo analisar o discurso do ministro da Saúde do governo Bolsonaro, o médico Luiz Henrique Mandetta. Tomamos como *corpora* as entrevistas coletivas realizadas nos dias 19 e 25 de março, em que foram apresentadas medidas sanitárias e políticas de saúde pública para atendimento

aos casos da doença e contenção das transmissões. Essas medidas foram tomadas em consonância com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a partir da experiência de outros países, como a Itália e a China, que, à época, tinham a maior parte dos casos.

A escolha dessas duas datas dá-se por representarem, respectivamente, o antes e o depois do pronunciamento de Jair Bolsonaro, em rede nacional de rádio e TV, no dia 23 de março. Na ocasião, o chefe do executivo nacional afirmou que as medidas adotadas eram inadequadas e poderiam prejudicar a economia brasileira. Além disso, ele minimizou os efeitos causados pela Covid-19 e incentivou as pessoas a saírem às ruas para manter seus empregos. As diferenças de posicionamento levaram à demissão do ministro, em 16 de abril de 2020.

Nesse sentido, perguntamo-nos, do ponto de vista discursivo, de que maneira as colocações de Mandetta passam por um processo de adequação ao discurso de Bolsonaro, produzindo gestos de obediência e resignificando, assim, medidas e sentidos acerca de temas como saúde e economia. Para a resposta a essa pergunta, empreendemos uma discussão a respeito dos sentidos de obediência e democracia, além da análise de seqüências discursivas extraídas das falas de Mandetta. Discurso, vale lembrar, não é aqui tomado como sinônimo de fala ou expressão, mas como efeito de sentido entre locutores, na esteira da escola francesa, considerando autores como Michel Foucault (2012 [1978]; 2014 [1978]) e Michel Pêcheux (2009 [1975]; 2012 [1983]).

## **1. “O presidente sou eu”: democracia e poder nos meandros da (des)obediência**

Existem muitos documentos e trabalhos científicos, dentro e fora do campo da Análise de Discurso, indicando uma posição autoritária, populista e segregacionista assumida pelo presidente Jair Bolsonaro, em suas relações com a imprensa, a academia, os diversos segmentos da sociedade brasileira e as organizações internacionais. Essa posição chega a colocar em risco a democracia brasileira e as relações globais.

Os posicionamentos autoritários explicam-se e tendem a ser mais explícitos quando pensamos as formas de exercício do poder pelo presidente, que podem ser sintetizadas em um enunciado proferido a jornalistas no dia 26 de março de 2020, quando foi questionado a respeito da posição do vice-presidente, Hamilton Mourão. No dia anterior, o general havia se posicionado perante a imprensa como favorável ao isolamento social como medida de contenção à pandemia.

Bolsonaro que, desde o início, colocara-se contra a medida, reagiu com uma fala que centraliza o poder nele mesmo e deixa de reconhecer o caráter representativo de quem é eleito para o posto mais alto da República: “*O presidente sou eu*”, enunciou. Por si só, pelo efeito de memória<sup>3</sup>, essa fala incrusta-se na formação discursiva<sup>4</sup> do absolutismo, da tirania, retomando os dizeres atribuídos a Luís XIV (1638-1715), que governou a França entre 1643 e sua morte. O déspota disse: “O Estado sou eu”<sup>5</sup>.

Nesse tipo de construção, enfatiza-se a marca de primeira pessoa (“eu” / “moi”) e não o predicativo. Assim, produzem-se sentidos centralizados no indivíduo e não no que ele representa. Por paráfrase<sup>6</sup>, os sentidos de tirania são abrandados quando o enunciado produzido é “Eu sou o Estado”. Tem-se aí uma construção que poderia ser dita por qualquer indivíduo, afinal, ao ser parte constituinte do Estado, todo o povo poderia afirmar-se de tal modo, num gesto de inclusão. O sentido difere-se, no entanto, com a construção na ordem indireta: “O Estado sou eu” coloca o indivíduo como a síntese de um conceito.

Há, no caso de “O presidente sou eu” ou “Eu sou o presidente”, uma diferença substancial. Diferentemente de ser “o estado”, que pode designar o conjunto de indivíduos, “ser o presidente” já incute o personalismo, afinal, apenas um indivíduo pode, a cada momento e em cada país, desempenhar tal função. Ao dizer que “é o presidente”, qualquer outra pessoa não o pode ser, produzindo um enunciado autoritário quando dirigido a todos os outros que, de alguma forma, compõem o governo, reafirmando-os no lugar de subserviência, obediência ou insignificância. O enunciado reitera o “eu”, opondo-se a “ele”, no caso, Mourão (“o presidente sou *eu*, não *ele*”), materializando a pouca importância dada ao companheiro de chapa e ao regime de governo do país.

Além disso, nos Estados democráticos, em que o poder é oriundo do povo, não é necessário que enunciados como esse sejam reiterados, uma vez que é constitutiva e naturalizada a relação entre representantes e representados. Nos

<sup>3</sup> *Memória discursiva* refere-se ao saber que “torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada palavra” (ORLANDI, 2009, p. 31). Em outras palavras, a memória discursiva é o conjunto de todos os dizeres sobre uma determinada questão que sustenta o dizer atual, podendo ser ou não identificável. É “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2009, p. 31).

<sup>4</sup> *Formação discursiva* é um conceito oriundo da concepção discursiva de Foucault. Diz respeito à delimitação dos dizeres. Define-se como “aquilo que, numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2009, p. 43)

<sup>5</sup> “*L’Etat c’est moi*”.

<sup>6</sup> A *paráfrase* é compreendida como a matriz do sentido (ORLANDI, 2009). Por meio desse recurso, é possível empreender uma série de formas de dizer, produzindo assim diferentes formulações e sentidos.

Estados não democráticos, por outro lado, esse enunciado serve para demonstrar o poder tomado, não representativo, tornando-se uma palavra de ordem.

Quando pensamos em poder, as primeiras questões que surgem é quem o detém, quem o exerce e como ele está sendo mantido, se é atribuído a uma só pessoa ou a um grupo. Se partirmos das concepções de Foucault (2014 [1978]), temos a posição de que o poder não pode ser localizado e observado no Estado como uma instituição. Para o filósofo, o poder se estabelece a partir de uma relação de forças, assim como todas as pessoas envolvidas nessas relações:

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detém exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, *como algo que só funciona em cadeia*. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 2014 [1978], p. 193, grifo nosso).

Ora, se o que existe como característico do poder são as relações de forças que fazem criar a cadeia que o coloca em funcionamento, o poder, então, atua como uma força que coage e disciplina os indivíduos, em um constante processo de renovação, de acordo com as circunstâncias que aparecem. A partir desse conceito de poder, colocam-se as relações constituídas de assimetria, por meio do qual o propósito de poder adquire sentido e orienta a ação.

“Governo”, assim, para Foucault (2012 [1978], p. 14), serve como um conceito operatório, “não no sentido estreito e atual de instância suprema das decisões executivas e administrativas nos sistemas estatais”, mas considerado como um conjunto de procedimentos que se destinam a conduzir e dirigir os seres humanos e suas condutas.

Assim, de acordo com essa posição, a ideia de “governo” não está vinculada à forma do Estado, mas a adoção de procedimentos e conduta pelos governantes e o seguimento ou a transgressão a elas pelos que estão na posição de governados. Portanto, conforme explicita Stival (2016), “o governo é o tipo de relação

consigo ou com outrem que orienta a ação, por delimitar suas possibilidades, e, dessa forma, produz relações de poder, pois produz diretamente no outro certa qualidade.” Dito de outro modo, é possível afirmar que há um campo no qual as formas de governo de si e dos outros ganham corpo e fornecem sentido às relações, estabelecendo distinções e significações. A partir da ideia de governo como essa relação de forças, surgem posturas como a (des)obediência, a representatividade, a transgressão e a discussão democrática. Essas posturas conferem ao indivíduo a noção de que ele é um ser relacionável e que, portanto, além de gerar, também alimenta e distribui o poder.

Assim, diante de uma materialidade verbal como “o presidente sou eu” ou “o estado sou eu”, infere-se também o tipo de relação que o governante espera de seus governados e, principalmente, daqueles que exercem funções nomeadas historicamente como sendo “cargos de confiança”, como é o caso dos ministérios e dos secretariados do primeiro escalão. “Confiança”, nesse caso, está aberta ao equívoco<sup>7</sup> constituinte da língua, na relação com a história e as relações de forças: “confiança para *decidir* o melhor” ou “confiança para *seguir* o que ‘eu’, como presidente, desejo que seja feito”? Confiança de que a abordagem será *técnica*<sup>8</sup> ou confiança de que será seguida determinada *ordem* (“a minha”, na figura do “eu sou”)?

## 2. Governo e obediência

Falar de democracia compreende o respeito ao ser humano a quem, por ser dotado de racionalidade, compete expor posicionamentos que, pela discussão, levam ao bem comum. A reflexão sobre a liberdade, igualdade e representatividade, características centrais da democracia, pode ser acionada por meio de questões formuladas pelo filósofo leto-britânico Isaiah Berlin (1909-1997): “Por que há de alguém obedecer a qualquer outra pessoa?” e “Por que razão as pessoas se lhe submetem/ devem se submeter?” (BERLIN, 2002).

Na medida em que tudo quanto caracteriza o ser humano é fruto da interpelação da história e da ideologia, naturalizam-se a submissão do ser humano a um poder exterior e a abdicação da possibilidade de se defender a si, aos seus e aos seus bens, em favor de uma instância social alheia, principalmente, no que tange à organização da sociedade e do Estado. Entendido como a relação

<sup>7</sup> A noção de *equivoco* é central na Análise de Discurso. Por meio dela, conforme afirma Pêcheux (2012 [1983]), qualquer enunciado é potencialmente capaz de tornar-se outro, de estar aberto à deriva de sentidos.

<sup>8</sup> Vale lembrar que, na composição dos ministérios, Bolsonaro defendia pautar-se por “critérios técnicos” e não político-ideológicos.

de forças, o poder só existe à medida que cria posições, tácitas ou expressas, de consentimento.

Dessa maneira, as posições – como atos ou como efeitos de sentido – de servidão, de liberdade e de (des)obediência estão nas mãos daqueles que se colocam no lugar de governados por outrem, seja em forma representativa – como se espera nas democracias – ou não – como nos casos de extrema servilidade ou governos autoritários. “O destino de todo tirano está na obediência servil de seus súditos” (STERN, 2013, p. 225). Dessa forma, podemos diferenciar como se sustentam as diferentes formas de governo: a democracia, por meio da liberdade de seus cidadãos e a confiança em seus representantes; a autocracia, por meio da imposição da obediência servil – e muitas vezes cega – da multidão, hipnotizada pela retórica de seus mandatários. Nessa direção, Espinoza, no *Tratado Teológico-político*, apresenta a criação de um súdito pela confiança e pela obediência àquele que manda, mesmo em um regime democrático:

O agir de acordo com uma ordem, quer dizer, a obediência, retira [...] até certo ponto a liberdade; não torna, porém, automaticamente um homem escravo, já que só o móbil da ação pode levá-lo a tanto. Se o fim da ação não é a utilidade de quem a pratica, mas daquele que a ordena, então o que a pratica é escravo e inútil a si próprio; porém, num regime político e num Estado em que a lei suprema é o bem-estar de todo o povo e não daquele que manda, quem obedece em tudo à autoridade não deve considerar-se escravo e inútil a si mesmo, mas apenas súdito. (ESPINOZA, 2014 [1677], p. 241)

A obediência, assim, adquire um caráter servil. Segue-se uma ordem de valores exteriores à própria essência, ou, para usar o léxico espinoziano, ao próprio *conatus*<sup>9</sup> individual. Nesse sentido, o que caracteriza a obediência servil é tomar como essencial e superior uma ordem em detrimento do próprio juízo de utilidade e valor individual.

Foucault (2012 [1978]), em direção similar, refere-se à obediência como um valor fundamental na construção dos grupos religiosos e sua identidade como tal. O filósofo explicita que, ao contrário do que ocorria na Grécia Antiga, em que a obediência era compreendida como um meio para alcançar determinado fim, no campo religioso a obediência se torna um fim em si mesma, sendo considerada como uma virtude.

<sup>9</sup> *Conatus, grosso modo*, define a tendência de uma coisa em se esforçar para continuar a existir e a se aprimorar. O conceito, em Espinoza, está relacionado à Ética.



Ao considerar a obediência uma virtude – um fim em si mesmo – o sujeito coloca no outro o seu poder de decisão, por razões que se justificam pela mera posição ocupada – a de súdito, a de povo, a de ministro, a de vice-presidente. Os interesses são, assim, desvirtuados da ação comunitária para a individualidade.

Em se tratando de uma decisão tomada numa situação republicana, a obediência servil, a partir do momento em que nega qualquer possibilidade de discussão ou racionalidade, transgride a *res publica* (a coisa pública) e retoma a ideia de *res principis* (a coisa do príncipe), mais uma decisão que se atrela à tirania do “o presidente sou eu”.

Essa questão leva em conta um elemento fundamental: a obediência, em todos os campos da vida humana, exige a noção de autoridade. A questão que se coloca é que ela pode ser fruto da representatividade ou da centralidade no indivíduo, deslocando-se para o autoritarismo. Assim, o tirano, o autoritário, faz valer sentidos atribuídos por ele mesmo e a partir de suas crenças, em detrimento de qualquer outro valor.

Hannah Arendt trata do assunto da desobediência, em capítulos do ensaio *A crise da república*, escritos entre 1969 e 1972. Para a autora, o compromisso moral do cidadão em obedecer provém da “suposição de que ele deu seu consentimento ou foi o próprio legislador” (ARENDR, 2017, p. 75). É como se, nessa posição, de um seguimento inquestionável, o sujeito estivesse obedecendo a si mesmo, por acreditar na representatividade daquele que lhe impõe o que fazer, colocando-se em conflito subjetivado, “entre o bem público e o eu, que persegue sua felicidade particular” (ARENDR, 2017, p. 76). Essa questão é ainda mais central quando o *eu* representa não apenas um sujeito, mas assume a frente de um trabalho diante de uma circunstância histórica, como é o caso do conflito gerado entre o presidente (“sou eu”) e o ministro da Saúde.

No caso específico que estamos analisando, retomamos a questão para o próximo item deste trabalho: de que modo a confiança, a servilidade e a (des)obediência estão presentes no posicionamento de Mandetta antes e depois do pronunciamento de Bolsonaro?

### **3. Entre afagar e abafar: os enunciados de Mandetta na lógica da obediência**

A chegada do novo coronavírus ao Brasil, no fim de fevereiro de 2020, fez com que diversos conflitos e críticas enfrentados pelo governo de Jair Bolsonaro fossem silenciados na agenda pública nacional, como é o caso da então recente nomeação da atriz Regina Duarte para a Secretaria Especial da Cultura, o



crescimento econômico aquém do esperado, os cortes em verbas para pesquisa científica, as polêmicas declarações da ministra Damara Alves sobre assuntos como sexualidade ou, então, os erros gramaticais e ortográficos do ministro da Educação, Abraham Weintraub, que, durante os meses anteriores, receberam espaço nas discussões sociais e nos veículos de comunicação, em geral, em caráter de crítica.

No lugar, o destaque passou a ser o médico neurologista Luiz Henrique Mandetta, à frente da pasta da Saúde que, de coadjuvante na narrativa sobre o poder, passou a protagonista e, disso, a antagonista. Ocorre que, de início, ele defendeu o isolamento social como medida para conter o vírus, o que rapidamente foi seguido pela maioria dos governadores e prefeitos brasileiros.

Entretanto, contrariando as orientações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde (OMS), o presidente decidiu fazer caminhadas por áreas periféricas do Distrito Federal, além de se posicionar contrariamente ao isolamento, usando para isso pronunciamento oficial, no rádio e na TV. Esses fatos fizeram com que Mandetta fosse colocado no conflito entre obedecer e desobedecer, afagar as decisões do mandatário ou abafar a gravidade da situação da pandemia (como estava sendo feito pelo presidente), ser protagonista das ações de contenção ou antagonista do posicionamento de Bolsonaro.

Selecionamos a seguir, trecho do discurso de Jair Bolsonaro, no dia 24 de março, em rede nacional de TV e rádio:

O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida *tem que* continuar. Os empregos *devem* ser mantidos. O sustento das famílias *deve ser* preservado. *Devemos, sim*, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais *devem* abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, *por que fechar escolas?* Raros são os casos fatais de pessoas sãs, com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação, caso se contamine. *Devemos sim* é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos *nostros* queridos pais e avós, *respeitando as orientações do Ministério da Saúde*. No meu caso em particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico naquela conhecida televisão. (BOLSONARO, 2020, grifo nosso).

Os enunciados colocados em circulação por Bolsonaro nesse pronunciamento são caracterizados pela convivência entre a representatividade do *eu* e da ordem dirigida a *eles*, como se espera numa relação de obediência e de subserviência. A maioria dos enunciados é produzida na forma de sintagmas verbais performativos<sup>10</sup> (AUSTIN, 1990 [1965]), materializados pela repetição dos verbos *ter* e *dever*, atribuindo ações a outros, no sentido de uma ordem.

Para efeito de paráfrase, basta refletir em como os enunciados produzem outros sentidos se fossem: *Peço, sim, que voltemos*; ou, *Solicito que...*. As paráfrases são importantes nesse contexto para demonstrar o funcionamento do esquecimento, conforme definido por Pêcheux (2009 [1975]). Ao enunciar de determinada maneira, o sujeito acredita ser aquela a única forma possível de fazê-lo e esquece as outras possibilidades que colocariam seu discurso em outras formas materiais.

As falas de Bolsonaro e os sentidos delas derivados passam a figurar não só como uma materialização da formação discursiva em que o presidente se inscreve, como também atua nas condições de produção de outros discursos vindouros, na relação estabelecida entre o “presidente sou eu” e aqueles que a ele devem obediência, pela forma como ele(s) encara(m) a governabilidade de si e dos outros.

As condições de produção, que incluem tanto a situação quanto a rede de projeções de imagens dela oriundas, tornam-se “o elemento imaginário que domina ou apaga as determinações objetivas que caracterizam um processo discursivo” (COURTINE, 2014 [1983], p. 49). Isso merece destaque porque a Análise de Discurso parte de um posicionamento materialista na investigação dos sentidos. Não há sentido preso à palavra, mas sim constituído pelas relações. O sujeito sempre fala inscrito em determinadas posições, marcadas pelas condições de produção e pela memória. Apesar disso, essas posições não são completamente transparentes para o sujeito, embora ele busque uma unidade, certa estabilidade naquilo que diz, mas é furado pelos processos inconscientes.

Ao ser enunciado como um pronunciamento oficial, usando um direito outorgado pela Constituição Federal e pela política de concessões, não se cria espaço para a interlocução ou o desentendimento, o que aconteceu em outras situações de falas entre o presidente e os governadores dos estados que já haviam decretado a quarentena.

---

<sup>10</sup> Os verbos *performativos* são aqueles que fazem parte da execução de uma ação. Opõem-se, portanto, na concepção da Pragmática de Austin, aos *constatativos*, que definem o estado das coisas. Os verbos performativos, ao mesmo tempo em que expressam uma ação também são parte de sua execução.

O presidente assume o caráter de centralidade no processo, questionando enunciados que emergem nas relações estabelecidas com outros sujeitos: “por que fechar escolas?” é o exemplo desse tipo de questionamento retórico, que se dirige ao outro, designado apenas como “algumas poucas autoridades”, embora fossem significativa maioria em termos populacionais àquela altura.

Nesse sentido, o sujeito do discurso se constitui pela diferenciação em relação ao outro: sabendo da existência, forja-se como diferente, como se verifica pelas marcas dêiticas<sup>11</sup> de primeira pessoa (“meu”, “nossos”). Mesmo quando parece óbvia, como é o caso da pergunta (“por que fechar escolas?”), a resposta é abrandada por uma suposta preocupação humana, inclusa por meio das marcas dêiticas e de ironia ao retomar a fala do médico Drauzio Varella, na *TV Globo*, tratados como o “conhecido médico naquela conhecida televisão”. O enunciado de Bolsonaro é, simultaneamente, falacioso, ao recuperar uma fala em outro contexto (quando o vírus ainda não havia chegado ao país) e a ressignificar como aplicável ao momento em que a enunciava<sup>12</sup>. O discurso do médico, como um outro, a quem se deseja, ao mesmo tempo, desmoralizar e recuperar de modo irônico, também está na utilização dos diminutivos “gripezinha” e “resfriadinho”, que abafam a gravidade dos casos, sobretudo quando enunciados por um presidente. Se a obediência, como demonstram autores tais quais Foucault, Espinoza e Arendt, pressupõe a aceitação da servilidade, é necessário que haja a dominação e as ordens a serem cumpridas, funções exercidas pelo pronunciamento do presidente.

Os enunciados presidenciais produzem efeitos porque não estão sozinhos, mas se amparam em outros já-ditos, reconhecidos ou não, implícitos ou explícitos, conforme aborda Auther-Revuz (2000 [1980]), por meio da heterogeneidade constitutiva e mostrada. Além das citações por meio da menção ao “conhecido médico”, a “algumas poucas autoridades”, há a referência às “orientações do Ministério da Saúde”. No entanto, aparece aqui o equívoco da língua, a possibilidade sempre presente de um enunciado tornar-se outro, conforme Pêcheux (2012 [1983]).

O encadeamento sintático-semântico do trecho “*Devemos* sim é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos *nossos*

<sup>11</sup> As marcas dêiticas são aquelas que precisam de uma referência contextual para produzir sentidos. São exemplos os pronomes pessoais (*eu, tu e ele* dependem da posição do falante) e os advérbios de tempo (*hoje, ontem*) e lugar (*aqui, ali, lá*).

<sup>12</sup> Em vídeo do fim de janeiro de 2020, quando a doença ainda estava restrita à China, Drauzio Varella buscava acalmar a população em termos de riscos da doença. Reitere-se: àquele momento. Quando a pandemia chegou ao Brasil, o vídeo continuou a circular, de modo descontextualizado, obrigando o médico a uma nova produção, com orientações e informações atualizadas.

queridos pais e avós, *respeitando as orientações do Ministério da Saúde*” (grifo nosso), coloca a subordinada “respeitando as orientações do Ministério da Saúde” diante de um questionamento constitutivo do equívoco: deve-se seguir apenas orientações que dizem respeito aos “queridos pais e avós” ou à coletividade? É o todo ou a parte que materializa o que deve ser feito?

Em todas as abordagens de Bolsonaro, principalmente por se constituírem como pronunciamento em rádio e TV, gênero que impede uma interação imediata por meio de réplicas contestatórias, existe um outro visível, a quem o tempo todo se acusa, desmoraliza-se ou se ironiza, como um inimigo a ser vencido. Cria-se um antagonista para que se possa, de forma forjada, ser protagonista. Essas características do pronunciamento presidencial o inserem naquilo que chamamos aqui de uma formação discursiva capitalista-autoritária. Desse lugar, o inimigo não é, no entanto, o vírus ou a doença, mas aqueles que contrariam as posições do presidente.

Essas posições são o cerne dos conflitos entre Mandetta e Bolsonaro. Tomemos recortes<sup>13</sup> das falas do ministro no dia 19 de março:

*Não é ele, é o Brasil como um todo.* O Ministério da Saúde está na fase primeiro de *orientar*. Depois a gente *recomenda*, principalmente quando são ações relacionadas aos estados. E depois determina. O Distrito Federal hoje não tem transmissão sustentada. A *recomendação* sobre cancelar eventos foi para São Paulo e Rio de Janeiro, que tinham. Mas *todo mundo tem que fazer sua parte*. [...] Quanto mais rápido tiver transmissão, maior vai ser a necessidade de *determinação de paralisação*. Então *eu vejo* isso geral, tanto as pessoas que resolveram fazer [a manifestação de apoio a Bolsonaro]... É ilegal? Não. Mas a *orientação* é não. E continua sendo *não para todo mundo*.

*Não tem nada que proíba.* Mas está na hora de *todo mundo* entrar no mesmo diapasão. *Vai continuar esse pessoal fazendo cruzeiro? Faz o que agora, testa 600 pessoas em Recife?*

E isolamento domiciliar *não* é assim: eu vou descer para tomar banho de piscina e vamos dar uma festa no *play*. *Isolamento domiciliar é isolamento domiciliar*.

<sup>13</sup> Para a Análise de Discurso, não é tamanho da amostra que importa, uma vez que se busca demonstrar o processo discursivo que deu origem ao dizer. De acordo com Orlandi, o recorte visa ao funcionamento discursivo, com o objetivo de compreender o estabelecimento de relações significativas entre elementos significantes. “O recorte é o fragmento da situação discursiva” (ORLANDI, 1984, p. 14).

A ficha vai cair devagar, mas vai cair para *todo mundo*. Vai chegar uma hora que, se repetir o cenário de fora, não tem isso de acho ou não acho legal. *A coisa vai se impor*. (MANDETTA, 2020a, grifo nosso).

Os enunciados que compõem os recortes se constituem por meio de estruturas muito semelhantes àquelas que seriam utilizadas pelo presidente no pronunciamento do dia 24 de março, conforme já analisado. No entanto, a formação discursiva médico-institucional e a posição do sujeito encontram-se em outra direção. Embora haja uma prevalência de verbos performativos, o sujeito do discurso não ordena. A visão é de abrandar: “orientar”, “recomenda”. As medidas são colocadas de forma crescente, em termos de rigor e severidade, apresentando as ações mais drásticas após uma série de condicionais, como em “Quanto mais rápido tiver transmissão, maior vai ser a necessidade de *determinação de paralisação*” (grifo nosso) e em “se repetir o cenário de fora, não tem isso de acho ou não acho legal. *A coisa vai se impor*” (grifo nosso). Percebe-se também que o sujeito de discurso evita a utilização de marcas dêiticas, colocando-se como uma instituição. Nesse momento, essa é a marca da obediência: não se fala por si, mas em nome dela.

Há uma marca dêitica nos recortes, um *ele*, que se refere justamente ao presidente. Trata-se de uma resposta a uma pergunta feita pelo jornalista a respeito da caminhada realizada pelo presidente da República na periferia de Brasília, mesmo já havendo a “*recomendação*” (grifo nosso) de isolamento. Nesse dizer, inclusive, faz-se presente o conflito de forças entre dizer como uma instituição, como médico e como subordinado ao presidente: “*não é ele, é o Brasil como um todo*” (grifo nosso). A estrutura deste enunciado se abre ao equívoco: “não é ele”, por que estaria Bolsonaro fora da necessidade de quarentena ou “não é [só] ele”, [mas] também o Brasil como um todo? A lógica do presidente incluído ou excluído da quarentena é visível em outros trechos, como na negativa “não tem nada que proíba”. Mandetta, entre o afirmar e negar, refere-se às ações a serem tomadas com uma adversativa (“*mas está na hora de todo mundo entrar no mesmo diapasão*”), que por si só traz a noção de um dizer anterior.

As construções na negativa são utilizadas para desconsiderar já-ditos que circulavam à época, como o fato de que o isolamento domiciliar significaria permanecer em casa numa situação de férias: “eu vou descer para tomar banho de piscina e vamos dar uma festa no *play*”. Para reforçar a referencialidade e a objetividade que atribui ao sentido de “isolamento domiciliar”, o sujeito utiliza um enunciado do tipo *X é X*, que aparece como argumento para a suspensão de atividades, na direção oposta daquilo que estava sendo

praticado pelo presidente e por militantes, que chegaram a organizar uma manifestação.

Vejamos agora recortes das falas de Mandetta após o pronunciamento de Bolsonaro:

*Temos* que melhorar esse negócio de quarentena, não ficou bom. A última quarentena foi em 1917. É normal, faz parte dessa situação, nós errarmos, calibrarmos e fazermos projeções um pouco fora e questionáveis por A, B ou C. A quarentena *é* um remédio extremamente amargo e duro, extremamente duro. Antes de adotar o fecho-tudo, *existe a possibilidade* de trabalhar por bairro, a *possibilidade* de se fazer a redução da mobilidade urbana. *Nós* saímos praticamente do início dos números para o efeito cascata de decretação de *lock down* como se nós *estivéssemos* em franca epidemia. Uma quarentena sem prazo para terminar vira uma parede na frente da vida das pessoas.

A saúde *não é* uma ilha, *não* vamos tratar isoladamente, *não* existe só coronavírus. *Eu* tenho recebido médico que está fechando consultório de pediatria, clínicas de ultrassonografia. *A vida continua*. Outras doenças acontecem, as pessoas têm necessidades. As coisas *continuam*. Os arquitetos *têm de* trabalhar, as pessoas... (MANDETTA, 2020b, grifo nosso).

Na comparação desses recortes com os anteriores, além do atravessamento do pronunciamento do presidente, que os separa temporalmente, existe a mudança de uma formação discursiva médico-institucional para outra, capitalista-autoritária, que se alinha, ora mais tacitamente, ora mais claramente, à posição presidencial, num gesto de obediência ou observação da autoridade. Isso se materializa, principalmente, em quatro aspectos: as contradições em relação ao dizer anterior, a presença dos performativos em tom de ordem, os dêiticos e a menção à normalidade.

Do primeiro dos aspectos, é possível depreender que, se nos enunciados do dia 19, havia menção a “todo mundo”, agora essa totalidade é relativizada. Além da possibilidade, pelo equívoco da língua, de excluir o presidente (como demonstrado na análise do trecho anterior), agora se excluem as atividades econômicas com justificativas que se pareiam, inclusive, em termos estruturais às falas do presidente.

Enquanto Bolsonaro enunciava que “Nossa vida *tem que* continuar. Os empregos *devem* ser mantidos. O sustento das famílias *deve* ser preservado” (grifo

nosso), Mandetta enunciou: “*A vida continua*. Outras doenças acontecem, as pessoas *têm* necessidades. As coisas *continuam*. Os arquitetos *têm de* trabalhar, as pessoas...” (grifos nossos). Para além das regularidades, que se constituem como evidências da afiliação a um mesmo processo discursivo, aparecem também contradições, na forma de interrupções (“as pessoas...”) ou metonímia (“os arquitetos...”), que são colocadas como uma oposição a “todo mundo” presente no recorte anterior.

Do ponto de vista dos performativos, dessa formação discursiva, Mandetta passa a enunciar por meio de verbos que conotam autoridade, a exemplo do pronunciamento de Bolsonaro: “temos que”, “tem de”. Saem as “orientações” e “recomendações” e entram as ordens. Para minimizar uma possível contradição aparente, o sujeito recupera o já-dito do aprendiz que, em sua função, pode errar, pois se trata de algo em construção, o que fica visível no trecho em que cita a quarentena do início do século XX, decretada para conter a pandemia de Gripe Espanhola.

Os dêiticos, a exemplo do discurso de Bolsonaro, também são usados com mais frequência, inclusive criando a noção de um *nós*, presente igualmente nos enunciados do presidente. A experiência pessoal (“eu tenho recebido...”) e a inclusão (“como se nós estivéssemos”, “vamos”) são algumas das regularidades que aproximam o discurso de governante e governado.

Por fim, a menção à normalidade se faz por meio de verbos constatativos (AUSTIN, 1990 [1965]): a repetição do verbo *continuar* e a negação de discursos-outros, de já-ditos que atuam na constituição daquilo que circulava sobre a doença. “Não é” e “não existe” são expressões que negam aquilo que foi dito anteriormente, seja pelo próprio sujeito ou por outros que, ao enunciarem, também passam a constitui-lo de alguma forma.

## Considerações finais

O discurso, enquanto produção de sentido entre locutores, prende-se às relações de exclusão, inclusão, sustentação e oposição, que caracterizam as formas materializadas em cada formação discursiva. Por isso, foi basilar neste trabalho a demonstração das mudanças e reversibilidades nos enunciados produzidos pelo ministro da Saúde, em março de 2020. São também os reveses e as mudanças nas formas estruturais da língua que nos permitem afirmar acerca do sujeito em conflito, colocado entre formações discursivas distintas, que se constituem a partir da lógica da obediência e do autoritarismo representados pelo enunciado “o presidente sou eu”.



A diferença entre o *abafar* e o *afagar* o presidente e seus dizeres está numa série de materialidades que se aproximam ou se distanciam das posições assumidas pelos locutores diante da situação trazida pelo coronavírus, na lógica entre assumir papéis ou atrelar-se a práticas de obediência e autoritarismo. Ressignifica-se, assim, a noção de confiança entre governante e governado, relativizando-a. Da mesma forma, torna-se *de confiança* só quando se filia à mesma formação discursiva.

As análises dos enunciados do ministro da Saúde trazem a presença (in) visível sobre a postura do governo no que tange à pandemia, sustentando elementos de autoritarismo e de vinculação à supremacia econômica, que ajuda a provocar a desinformação e a transformar uma questão de saúde pública em tópico de polarização político-ideológica: estar *com* ou estar *contra* Bolsonaro.

A crise econômica e de saúde no Brasil vem acompanhada, assim, de uma inegável crise de representações democráticas, cindida pelo conflito entre poder cuidar da vida, ou cuidar da economia e comandar o país, que caracterizariam, sumariamente, as formações discursivas identificadas nos recortes analisados.

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. **As crises da república**. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- AUSTIN, J. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. Original de 1965.
- AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas**: as não coincidências do dizer. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000. Original de 1980.
- BERLIN, I. Dois conceitos de liberdade. *In*: BERLIN, I. **Estudos sobre a Humanidade**: Uma antologia de ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 227-275.
- BOLSONARO, J. Pronunciamento do presidente da República, Jair Bolsonaro. Planalto. **YouTube** [on-line], Brasília, 24 mar. 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=VI\\_DYb-XaAE](https://www.youtube.com/watch?v=VI_DYb-XaAE). Acesso em: 04 abr. 2020.
- COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2014. Original de 1983.
- ESPINOZA, B. **Tratado teológico-político**. São Paulo: Martins Fontes, 2014. Original de 1677.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. Original de 1978.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos IV**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. Original de 1978.

MANDETTA, L. H. Ministério da Saúde atualiza a situação do coronavírus - 19.03.2020. **YouTube** [*on-line*], Brasília: Ministério da Saúde, 19 mar. 2020a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=530nK1vKsIc>. Acesso em: 04 abr. 2020.

MANDETTA, L. H. Coletiva de imprensa sobre Covid-19. **YouTube** [*on-line*], Brasília: TV BrasilGov, 25 mar. 2020b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DZvV0qfCS3Y>. Acesso em: 05 abr. 2020.

ORLANDI, E. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, E. Recortar ou segmentar? *In*: GUIMARÃES, E. (org.). **Linguística**: Questões e Controvérsias. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1984. (Série Estudos, 10). p. 09-26.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento? 6. ed. Campinas: Pontes, 2012. Original de 1983.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009. Original de 1975.

STERN, A. L. S. **A imaginação no poder**: obediência política e servidão em Espinoza. 311f. 2013. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

STIVAL, M. L. Governo e poder em Foucault. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 39, n. 4, out-dez/2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31732016000400107](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732016000400107). Acesso em: 27 mar. 2020.

Recebido em 15 de maio de 2020.

Aprovado em 08 de junho de 2020.